

Relações raciais: uma reflexão sobre a construção das teorias racialistas e ideologias raciais no Brasil

Thais Joi Martins

Anúncio racista dos anos 1940.



FONTE: Imagens Históricas

Este artigo tem como objetivo central fazer uma reflexão sobre o surgimento das ideologias raciais que fundamentam posteriormente estudos que serão consolidados no campo das relações raciais. Buscamos fazer uma revisão bibliográfica com alguns dos estudiosos na área e os atores históricos que fundamentalmente fizeram parte do processo de consolidação de uma ideologia das raças no Brasil. Perpassaremos o momento histórico onde o conceito da raça era tido como uma construção biológica; refletiremos sobre a importância do abolicionismo em nosso país e sobre os conceitos de miscigenação e democracia racial. Sem todos esses elementos, não poderíamos ter respaldo teórico para pensar nas questões relacionadas ao homem e a mulher negra em nosso país na atualidade.

¹ Bolsista Fapesp. Doutoranda em Ciência Política - UFSCar (Universidade Federal de São Carlos) com parte do doutorado na Université de Picardie Jules Verne – Amiens, França. Email: thaisjoi@gmail.com

Introdução

Para compreendermos como a construção social da nação e o discurso nacional está diretamente articulado à construção de uma identidade étnico/racial, ou, como se dá o processo dialógico entre o surgimento de um discurso nacional e a adequação das ideologias raciais no Brasil, faz-se necessário, recorrer a origem e ao desenvolvimento de uma ciência das raças e posteriormente, a conexão desta última com a idéia e a emergência do conceito de raça negra.

Gislene Aparecida dos Santos, em sua obra *A invenção do ser negro*, pondera, sob o respaldo de autores importantes, como se dá o desenvolvimento dessas teorias racialistas e como elas são inseridas em diferentes contextos no Brasil. A autora pontua que embora Todorov considere Buffon como o primeiro racista, é de fato somente no século XIX que o termo raça passa a ser utilizado para designar a idéia de diferenças físicas transmitidas hereditariamente (SANTOS, 2002).

No século XVIII as diferenças biológicas não são consideradas determinantes para um grau evolutivo do homem, ou seja, existe uma crença na imutabilidade das espécies. Contudo, alguns conceitos iluministas, como a perfectibilidade, influências climáticas e origens separadas, somam-se as novas ciências (frenologia, antropometria, eugenia). Nessa época inicia-se a discussão sobre a raça através da poligenia e da monogenia, entretanto, é só no século XIX que a discussão toma proporções mais ampliadas.

É a partir da idéia de evolução que a existência das diferenças entre os homens torna-se algo aceitável. Neste contexto, os monogenistas continuavam apoiando-se em fatores climáticos, culturais e geográficos para explicarem essas diferenças, já os poligenistas, remetiam-se a origens diversas²

O ideal da perfectibilidade (iluminismo, século XVIII), associado à noção de evolução, pressupõe a existência de povos menos evoluídos, menos perfeitos, infantis e outros mais evoluídos, perfeitos e maduros. Adiciona-se a este fato a moral do trabalho divulgada e assimilada pela burguesia no século XIX e logo veremos difundido o ideal do bom selvagem primitivo (SANTOS, 2002, p.48).

Segundo Michael Banton em *A Idéia de Raça*, a palavra raça começou a mudar de significação em meados de 1800. Seu sentido anterior, similar à linhagem (dotado de caráter histórico e mutável) vai perdendo a importância e surge uma nova acepção, que é a de definir e separar tipos humanos (SANTOS, 2002). Logo, a cada raça cabia seu lugar no mundo e seus direitos seriam divididos pelo grau de importância que detêm na ordem evolutiva. Ou seja, cada raça teria um direito determinado por sua natureza.

De acordo com Santos (2002) configurou-se, portanto, uma maneira de encarar os tipos caucasóides como a raça eleita para ordenar e guiar o mundo. Segundo Carl Gustav Carus, por exemplo, a humanidade divide-se em povos do dia (caucasóides) do crepúsculo oriental (mongóis, malaios, hindus, turcos, eslavos), do crepúsculo ocidental (índios americanos) e povos da noite (africanos e australianos). Para ele o progresso segue do leste para o oeste.

Outros estudiosos como Arthur Gobineau autor de *Essai sur L' inégalité des races humaines*, (1856) “considerava o cruzamento a marca inevitável da degradação humana” (TELLES, 2003,

2 A adoção às teorias poligenistas era bastante significativa, pois esta implicava em ir contra os princípios metafísicos e a favor da verdade científica. Já os monogenistas seguiam as proposições religiosas apresentadas no gênesis.

p.43). Mas foi com a evolução do Darwinismo e sua explicação no mundo antropológico-social, que a questão raça ganhou um enfoque mais radical.

Fundamentados nos princípios da evolução da espécie e da seleção natural, os darwinistas acreditavam em uma raça mais pura, forte e sábia que eliminaria as raças mais fracas e menos sábias, princípio que estaria relacionado posteriormente à eugenia (SANTOS, 2002). Os Darwinistas por sua vez, antagonizavam com o pensamento de Arthur Gobineau, pois este acreditava que com o advento da miscigenação, as raças puras iriam se degenerar, enquanto que os Darwinistas sociais, não acreditavam na degeneração, já que, os fracos e inaptos seriam eliminados.

A teoria de Lamarck também surge dentro deste contexto, porém, leva em consideração o fator ecológico (meio ambiente determinante), embora também acrescente o fator da hereditariedade. Por esse motivo os negros são duplamente inferiorizados, já que não só o meio os inferioriza (neste caso a África), mas também os fatores genéticos.

A partir destas circunstâncias torna-se inevitável um ataque as raças inferiores e fracas. O Darwinismo social destaca o êxito da teoria das raças que vinha se desenvolvendo por mais de um século. Um eugenista que fosse bom selecionador das teorias darwinistas, diria que se uma pessoa “inteligente” se casasse com uma “estúpida”, a probabilidade era a de ter um filho mediano. Assim, não demorou muito tempo para que os darwinistas incentivassem o preconceito racial como forma de eugenia (SANTOS, 2002).³

No século XIX a teoria da distinção racial pautada na biologia, deu estatuto final à teoria de que a natureza coloca alguns indivíduos ao comando e outros à obediência. Seguindo esta linha de pensamento, Gobineau fazia a seguinte consideração em 1853:

Tal é a lição da história. Ela mostra-nos que todas as civilizações derivam da raça branca, e que nenhuma outra pode existir sem a sua ajuda, e que uma sociedade só é grande e brilhante, enquanto preservar o sangue do grupo nobre que a criou, desde que este grupo também pertença ao ramo mais ilustre da nossa espécie (BANTON, 1977 apud SANTOS, 2002, p. 53).

Resume-se a partir disto que o sangue negro deteriora o branco. Sendo assim, o negro seria marcado pela imaginação, sensibilidade e sensualidade e o branco pela inteligência, praticidade, ética e moral. Santos (2002) argumenta que cabia, portanto a Europa branca, civilizar os negros. A biologia forneceria elementos para que a idéia de raça se transformasse em racismo científico.

Em 1839 fundou-se a sociedade etnológica que estudava a organização física, psicológica e moral e as línguas e tradições históricas dos diversos indivíduos. A ciência antropológica com

³ Peter Wade (1997) é um antropólogo que discute questões que concernem ao conceito de raça. O autor argumenta que a categoria raça deve ser repensada e ampliada, não sendo vista e caracterizada biologicamente. A saber, o termo utilizado “Black is beautiful” nos Estados Unidos utiliza a noção da raça como construção política e social. O autor utiliza um exemplo que pode tornar explícito como introjetamos alguns comportamentos como se fossem biologizantes. Por exemplo, muitas pessoas dizem que os negros possuem uma estrutura biológica que os condiciona a jogar basquete melhor que os brancos. Por isso todos acreditam que por serem negros possuem pré-disposições biológicas para o jogo do basquete. Uma pesquisa nos Estados Unidos mostra que, como os negros possuem poucas possibilidades no mercado de trabalho muitas vezes se filiam a times de basquete. Estes por sua vez jogam em lugares extremamente lotados, com muita pressão competitiva tendo que dar tudo de si para vencer. Já os brancos possuem um treinamento mais individualizante, fora de um ambiente de jogo comum. Este fato faz com que os homens negros se saiam melhor nos jogos de basquete. Esse exemplo mostra como a identidade racial está incorporada na noção de corpo. Mas isso não significa que a noção de raça é fixa e imutável.

caráter fisiológico evidenciava que elementos físicos do homem demonstravam sua conduta. A estes estudos se aliavam os interesses escravistas e nelas se respaldavam.

Com os progressos da anatomia, que conseguiram provar a interdependência dos órgãos do corpo e a influência de suas funções na conduta do indivíduo, não foi difícil argumentar sobre as diferenças físicas entre as raças dizendo que as mesmas produziam diferenças intelectuais e morais (SANTOS, 2002).

De acordo com Hanna Arendt, (1981) ao discutir o caráter persuasivo das ideologias racistas, sintetiza que não foi à ciência e tão pouco a história que tornou plausível esses fatos, antes, a ideologia, que é criada, mantida e aperfeiçoada como uma arma política e não como doutrina teórica.

No entanto, a autora ainda assinala que a ciência que dá suporte ao sistema de idéias racistas também teve seu papel para tornar essas ideologias mais admissíveis e verdadeiras. Mas isto não esclarece o fato de sermos persuadidos facilmente pela ideologia do racismo. Não seria razoável afirmar que somente a aversão aos negros, demonstrada pelos valores estéticos brancos justificasse a invenção do racismo. O racismo, no entanto se apropriou de elementos dispersos no imaginário de modo a somá-los e oferecer-lhes um caráter científico.

A ideologia racista acaba deste modo alimentando-se de valores estéticos em relação ao negro, do fascínio e do mistério que a África e seus habitantes despertavam transformando a diferença e o mistério em anormalidade e monstruosidade. Neste sentido, Lilia Moritz Schwarcz afirma que o tema racial apesar de possuir suas implicações negativas, se transforma em argumento de sucesso para estabelecer também diferenças sociais (SCHWARCZ, 1993, p.15).⁴

Caminhando pelo branqueamento: o Brasil em cena

De acordo com Andreas Hofbauer (2006), tanto o pensamento iluminista, quanto as idéias raciais e até mesmo os esquemas evolucionistas do século XIX, possuem algo em comum apesar de suas diferenças. Trata-se de tradições intelectuais que se desenvolvem no contexto da burocratização dos Estados Nacionais ocidentais. Tal processo formalizava as relações entre os cidadãos por um lado, e por outro, formava uma barreira ilusória que cindia os racialmente inferiores dos racialmente superiores.

Hofbauer (2006) argumenta que estas linhas de pensamento quando inseridas no contexto brasileiro não se dinamizam de forma linear. As concepções raciais dos vários pensamentos divergiam em muitos aspectos. Muitos não descartavam a idéia de uma influência divina, outros apostavam na autonomia da razão, e outros ainda buscavam os conceitos evolutivos.

⁴ Neste sentido lembramos-nos do autor Peter Wade que explicita muito bem em suas obras a caracterização do conceito de raça. Wade (1997), a raça não é definida como um termo biológico, antes, é um produto de um processo social. O autor descreve três teorias sobre o conceito de raça. A primeira é a de que alguns cientistas ainda acreditam que a raça é usada como um conceito analítico para descrever a diversidade genética humana. Uma segunda teoria é a de que ela é utilizada em meados do século XIX e XX não apenas para classificar características biológicas, mas também características morais e intelectuais. Uma terceira teoria assinala que apesar dos fatores de variação genética na humanidade, não podemos falar em raça ou levar adiante a idéia de raça. Apesar disso, as pessoas continuam discriminando uns aos outros a partir da perspectiva e de características raciais. Esta última perspectiva contém a idéia de que a raça é uma construção social e não pode ser visto como algo naturalizado e biologizante.

Apesar destas divergências, até meados do século XVIII a questão da cor não era tratada puramente como um dado biológico. Observa-se que até mesmo as explicações geográfico-climáticas estavam imbuídas de conteúdos simbólico-religiosos a respeito do branco e do negro.

Padre Vieira já no ano de 1684 postulava a idéia de que durante dois mil anos todos os homens possuíram a cor branca e que a aparição da cor negra se devia a adaptação climática dos descendentes de Ham que foram habitar a África. Hofbauer (2006) acrescenta que nos sermões do padre podemos encontrar trechos em que as interpretações geográfico-climáticas se misturam e dão lugar aos julgamentos étnico-religiosos.

A singela integração de um indivíduo no universo cristão poderia desta forma implicar na superação lenta e gradual das marcas da desigualdade, ou seja, afirmava-se a possibilidade de branquear um sujeito “escurecido”. Para isto, a associação entre batismo e branqueamento já era um discurso presente nos escritos e nas pregações dos jesuítas no Brasil.⁵

Portanto, podia-se esperar que no Brasil, local cujas terras eram repletas de salubridade e de vivência cristã, a transformação das cores em direção ao branco, fosse apenas uma questão de tempo, sobretudo se houvesse casamentos entre indivíduos de cor de pele branca com outros de pele negra. Assim a idéia de branqueamento se baseava na crença de que as gerações futuras podiam superar as condições de inferioridade.

Hofbauer (2006) compactua com a idéia de que até mesmo aqueles classificados como inferiores interiorizavam a idéia do branqueamento e faziam dela sua própria experiência de vida. Para isto o autor recorre às construções teóricas de Rugendas, quando este atenta para o fato de que os libertos não gostavam de ser lembrados de sua ascendência escrava e de sua cor de pele sendo que “[...] qualquer alusão desdenhosa a sua cor, fere-lhe o orgulho e provoca-lhe cólera” (RUGENDAS, 1979 apud HOFBAUER, 2006, p.276).⁶

A identificação entre posição social elevada e cor branca ainda permeada por um ideário religioso relacionava “brancura” com “pureza divina”. “Deus te faz balanço (branco)” teria sido um dos cumprimentos que os negros e mestiços trocavam entre si. Segundo informações do pintor Jean Baptiste Debret, que viveu no Brasil entre 1816 e 1831, esta forma teria sido uma adaptação da saudação religiosa “Deus te faça santo”, com a qual os senhores costumavam responder a seus subalternos quando estes lhe pediam a benção.

Rugendas ainda afirma que as leis que excluía os mulatos de cargos civis e eclesiásticos eram regras sem eficácia. Pois, poderiam ser burladas através do fato de que no Brasil, qualquer tonalidade de pele mais clara, indicava que o indivíduo era aceito como branco (RUGENDAS, 1835 apud HOFBAUER, 2006, p.277).

Neste sentido Octavio Ianni em *As Metamorfoses do Escravo* argumenta que na medida em que o mulato vai se interagindo das preocupações do mundo urbano, ele toma consciência da necessidade de branquear-se ainda mais ou então libertar os membros cativos do seu grupo. Portanto ele possui algumas situações limites:

⁵ Neste sentido, o autor Nei Lopes (2006) aponta que a escravidão posteriormente viria a ser um discurso que continha a idéia de salvar almas, pois livrava o negro do paganismo e das práticas antropofágicas, idólatras entre outras.

⁶ É importante mencionar que esta ideologia inculcada na vivência dos próprios negros se dá através de ações sociais de uma elite brasileira que irá classificar como pejorativo todos e quaisquer atos que se vinculem a cultura africana. A saber, podemos citar novamente Lopes (2006) quando o mesmo pontua o culto dos bantus aos seus ancestrais, que por fim foi nomeado popularmente de “macumba” e até os dias de hoje é revestido de características negativas.

[...] ou branquear-se socialmente, exercendo ocupações sociais não braçais, e aproximando-se dos círculos de convivência social ‘brancos’; ou definir-se politicamente como membro do grupo oprimido, lutando, em consequência, pela abolição do regime (IANNI, 1961, p. 169).

O branqueamento de acordo com Hofbauer (2006) é um ideário historicamente construído (uma ideologia, um mito), que funde status social elevado com “cor branca e /ou raça branca”, e projeta ainda a possibilidade de transformação da cor de pele, da metamorfose da cor (raça). Ao atuar como interpretação do mundo (das relações sociais) esta construção ideológica foi fundamental para a manutenção da ordem social.

Logo, chamar a atenção para a cor de pele escura ou para “traços raciais negroides”, de alguém era uma grave ofensa, sobretudo para aqueles que buscavam ascender socialmente. Enquanto as palavras “preto” e “negro” estavam associadas à vida escrava, a cor branca estava ligada ao status de “liberdade” (HOFBAUER, 2006, p.177).

Controvérsias abolicionistas e a representação do negro em alguns momentos históricos

No início do século XIX no Brasil a escravidão era contrária tanto às idéias iluministas (razão)⁷ quanto às idéias religiosas (cristã)⁸. Todavia, rejeitava-se a idéia de um fim da escravidão, pois havia uma preocupação com a continuidade da produção agrícola. Nesta mesma época o fator raça é estabelecido no debate político e passa a ser utilizado também nos discursos daqueles que eram a favor da manutenção da ordem social e econômica (HOFBAUER, 2006).

Em contrapartida, a extinção do trabalho escravo faria com que o Brasil pudesse se igualar a algumas nações mais desenvolvidas da Europa.⁹ Neste sentido, a preocupação com o progresso e futuro da nação se refletia nas falas de muitos parlamentares e intelectuais brasileiros. Logo, o estadista José Bonifácio de Andrada e Silva ressalta que o liberalismo se faz com liberdade e igualdade pautada no direito natural (SANTOS, 2002).

Fato que não concorre em um país de escravos diferenciados de seus senhores, não só por sua condição física, cultural e social, mas por não estabelecer a homogeneidade necessária a toda a nação e sim, a fragmentação e a subordinação (SANTOS, 2002, p.68).

Todavia, para Bonifácio, a abolição da escravidão significava na verdade a ascensão de uma elite esclarecida ao poder, o controle da participação popular na política e o impedimento de

⁷ As idéias de igualdade pronunciadas, por exemplo, por Montesquieu denotam que a escravidão é contrária aos valores modernos do indivíduo livre. Ao mesmo tempo alguns pensadores apoiavam a submissão colonial e a exploração na medida em que afirma-se o poder burguês em oposição às forças do antigo regime.

⁸ No que diz respeito à religião, sabemos que a igreja católica no Brasil utilizava o argumento de que a escravidão seria positiva para os escravos uma vez que tentaria retirá-los do paganismo e incentivá-los a conhecer o caminho da fé cristã. (outros argumentos no mesmo sentido também eram utilizados). Entretanto pensamos que o que o autor tenta relatar quando menciona a escravidão contrária a religião (cristã) é que o predomínio intelectual e ideológico dos jesuítas começa a ser coisa do passado (após a expulsão dos jesuítas a partir de 1759) e aos poucos cria-se um ideário mais secularizado que influencia as decisões políticas e econômicas do país. Logo, a religião passa a não ter o mesmo papel de ser conivente com a escravidão (principalmente com as discussões abolicionistas no início do século XIX) sendo que seus preceitos serão relativizados.

⁹ Neste período as discussões sobre a escravidão eram elaboradas a partir de pressões advindas no mundo ocidental. Um exemplo disto é a Inglaterra. Então quando mencionamos “algumas nações mais desenvolvidas da Europa” utilizamos as palavras de Santos (2002) para nos referirmos a alguns países que já desenvolviam uma política de cunho mais liberal.

manifestações de caráter jacobino, ou seja, a cristalização de uma sólida monarquia constitucional.

Hofbauer (2006) aponta que a aprovação da lei Eusébio de Queiroz proibindo o tráfico negreiro em 1850 era só mais uma lei. Mas desta vez a pressão externa já pôde contar com algum respaldo dentro do país. Este momento foi decisivo segundo o autor, pois fortaleceu a postura dos opositores à escravidão que começaram a se juntar nas primeiras organizações abolicionistas.

Já em 1871, a lei do ventre livre consolida a primeira intervenção do Estado nas relações entre senhor e escravo. Em seguida, a lei do Sexagenário em 1885 torna-se mais um passo para a redução do elemento servil e da abolição total que colocaria em liberdade cerca de 5,6% da população.

Schwarcz (1993) destaca que a originalidade do pensamento social brasileiro se dá a partir do movimento de adaptação e de atualização. Estes movimentos combinavam influências externas e descartavam o que era considerado problemático para o país. O importante era construir um argumento racial que pudesse dar sustentabilidade para a idéia da edificação de uma nação.

Em 1880 Joaquim Nabuco fundou a sociedade contra a escravidão que viria a ser mais tarde, a organização mais importante na luta contra a escravidão. Este autor já falava muito antes de Freyre na convivência harmoniosa entre brancos e negros no Brasil. Além de defender a escravidão, revela que os escravos possuíam seu desenvolvimento mental atrasado, instintos bárbaros e superstições grosseiras (HOFBAUER, 2006).

A resposta de Nabuco a um artigo de José Veríssimo sobre a morte de Machado de Assis denota exatamente como o ideário do branqueamento se articulava a muitas situações na vida cotidiana da nação:

Seu artigo no jornal está belíssimo, mas esta frase causou-me arrepio: Mulato, foi de fato grego da melhor época. Eu não teria chamado o Machado mulato e penso que nada lhe doeria mais do que esta síntese. Rogo-lhe que tire isso, quando reduzir os artigos a páginas permanentes. O Machado para mim era um branco e creio que por tal se tomava; quando houvesse sangue estranho, isso em nada afetava a sua perfeita caracterização caucásica. Eu pelo menos só vi nele o grego. O nosso pobre amigo, tão sensível, preferia o esquecimento à glória, tão sensível, preferia o esquecimento à glória com a devassa sobre suas origens (NABUCO, 1957 apud HOFBAUER, 2003, p.197)

A abolição da escravatura, segundo Ianni (1961) implicaria em uma reelaboração do significado social do trabalho a partir do momento em que fosse colocado em prática o trabalho livre. Todavia, a mão-de-obra escrava torna-se mais onerosa, exigindo-se, portanto a sua substituição.

Ianni (1961, p.205) ainda assinala que:

Enfim, se o abolicionismo foi um fenômeno político aparentemente orientado em benefício dos cativos, e apesar das manifestações exteriores nessa direção, ele foi essencialmente um movimento organizado e liderado pelos cidadãos livres, brancos, mulatos e negros. No contexto histórico econômico em que se consolidou pode ser considerado um fenômeno “branco” em nome do negro. Lutando pela abolição do trabalho escravizado, os brancos lutavam em benefício de seus próprios interesses, conforme estavam consubstanciados ou podiam objetivar-se num sistema econômico social fundado no trabalho livre. Por isto o abolicionismo foi uma revolução “branca”, isto é, um movimento político que não se orientava no sentido de transformar como se afirmava o escravo em cidadão, mas transfigurar o trabalho escravo em trabalho livre.

O fim da escravidão e a proclamação da república era um desafio para a nova geração de cientistas que deviam oscilar entre o compromisso com o pensamento científico e ao mesmo tempo com a fidelidade à nova nação. Como representante da facção de cientistas que possuíam mais compromisso com o pensamento científico podemos citar o médico legista Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906). Assim como Darwin, Nina Rodrigues afirma que a luta do homem pela sobrevivência contribuía para a imposição de uma inteligência (razão) ou moral (valores da civilização ocidental), ao longo da evolução.

Os argumentos de Nina Rodrigues, todavia são classificados como racistas por alguns estudiosos, pois, ele não acreditava na unidade étnica, presente ou futura da população brasileira, e suas críticas voltavam-se contra os argumentos de Silvio Romero.¹⁰ Em sua obra *Os africanos no Brasil*, Rodrigues (2008) faz uma etnografia e coleta dados e informações a respeito do universo cultural das comunidades negras no Brasil. O autor consegue coletar os resquícios escritos e orais sobre os últimos africanos no Brasil, logo sua obra é muito importante para tratar da problemática do negro no Brasil.

Fica explícita a mentalidade racista, nacionalista e cientificista do autor sobre o negro. Atuando como médico legista num ambiente institucional e acadêmico totalmente voltado para teorias e ideologias Darwinistas, de Comte, Lombroso, entre outros, o autor se apóia em determinações biológicas e culturais de superioridade ariana.

Este fato é explicitado em passagens onde o Rodrigues (2008) narra os cultos religiosos e os rituais de magia afro-brasileira demonstrando a incapacidade do negro de assimilar a religião católica devido ao fato de serem desprovidos de pensamento abstrato. Outras vezes, refere-se à língua do negro justamente para pontuar a sua simplicidade e caracteriza a arte afro como rústica, deformada e primitiva.¹¹

Já o médico João Batista Lacerda (1845-1915), embora comprometido com as verdades científicas, se preocupava em não desrespeitar os dogmas da religião cristã, assinalando que as raças adiantadas não deveriam oprimir as raças mais atrasadas. O médico, de acordo com Hofbauer (2006) também visualizava a mestiçagem como algo que fosse levar o Brasil a se branquear. Para isto, utilizou um diagrama elaborado por seu colega Roquette Pinto, que previa o desaparecimento do negro no Brasil e uma redução dos mestiços a 3% no ano de 2012.

As teses do branqueamento, agora mais naturalizadas do que na época colonial passam a ser usadas como prática e política oficial. A saber, surgem propostas de decretos-lei incentivando a imigração européia e proibindo a imigração africana e asiática para o Brasil. De acordo com Skidmore foram mais de 3,5 milhões de imigrantes que chegaram ao país (italianos, alemães, espanhóis e portugueses).

Ainda no final do Estado Novo, Getúlio Vargas estimula a imigração européia dizendo que existe “a necessidade de resguardar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais desejáveis de sua ascendência” (HOFBAUER, 2006, p. 214).

De acordo com Edward Telles, a Frente Negra Brasileira (FNB) foi à organização negra mais importante do início do século XX. Com tendências nacionalistas e anti-imigrantes tornou-se um

¹⁰ Nina Rodrigues desacredita da tese de Silvio Romero, segundo a qual, seria possível desenvolver no Brasil uma civilização a partir da fusão da cultura “branca” com as contribuições negras e índias. As duas últimas eram consideradas “espécies incapazes” de acordo com Nina Rodrigues.

¹¹ Alguns estudiosos de Nina Rodrigues afirmam que o autor revela em sua obra a descrença numa nação fundada na miscigenação, sugerindo o branqueamento via imigração européia para a redenção nacional. (Lendo artigos sobre críticos do autor de uma maneira geral podemos chegar a esta conclusão)

partido político em 1930 e buscou integrar os negros à sociedade brasileira através da mobilidade social.

O partido apoiava a ascensão de Vargas ao poder, pois achava que o mesmo havia derrubado a oligarquia rural (antigos donos de escravos). Embora Vargas tivesse dado fim a FNB e a todos os outros partidos, reconhece esta como aliada e assegura que grande parte de negros e mulatos adentrem a força de trabalho pela primeira vez, dando-lhes preferência para serem inseridos em cargos governamentais (TELLES, 2003).

De certa forma, Vargas integrou de modo simbólico os negros a cultura nacional brasileira, o que contribuiu para diminuir o protesto dos mesmos. Este processo se deu a partir do apoio às leis anti-racistas principalmente nas constituições brasileiras de 1934 e de 1946 que legitimavam a igualdade perante a lei (isonomia), independente da raça. Este desiderato foi viabilizado apesar de o documento de 1934 também restringir a imigração de descendentes africanos.

Miscigenação e democracia racial

Telles (2003) afirma que como ocorre um recuo da imigração europeia por volta de 1920, à preocupação com o futuro racial do país reapareceu. Por este motivo, surge a necessidade de que as pessoas de cor se interessassem ao processo produtivo¹² (HOFBAUER, 2006, p.241).

Em 1929 houve a primeira conferência eugênica brasileira. O evento contou com alguns dos mais importantes eugenistas, a saber, Edgar Roquette Pinto (influenciado por Franz Boas) que discutiu a possibilidade de se considerar a miscigenação como algo saudável e normal (TELLES, 2003).

Neste sentido, o livro não ficcional de maior influência nos anos 30 que vai introduzir a idéia da miscigenação será *Casa grande & Senzala* de Gilberto Freyre. O autor transformará o conceito de miscigenação em algo não pejorativo, ou melhor, em uma característica nacional positiva; no símbolo mais importante da cultura brasileira. Neste sentido, pontua:

Não há exagero em dizer-se que no Brasil vem se definindo uma democracia étnica contra a qual não prevaleceram até hoje os esporádicos arianismos ou os líricos, embora às vezes sangrentos melanismos que, uma vez por outra, se tem manifestado entre nós. Há de certo entre os brasileiros preconceito de cor. Mas estão longe de constituir o ódio sistematizado, organizado, arregimentado, de branco contra preto ou de ariano contra judeu ou de indígena contra europeu, que se encontra noutros países de formação étnica e social semelhante à nossa. (FREYRE, 9 DE DEZEMBRO DE 1948, QUILOMBO, N 1, p.8)

Gilberto Freyre “expressou, popularizou e desenvolveu a idéia de democracia racial que dominou o pensamento sobre raça dos anos 30 até o início dos 90” (TELLES, 2003, p.50). O autor busca romper com a tradição anterior que se baseava em princípios Darwinistas, Spencerianos e que estabeleciam a diferenciação intelectual entre negros e brancos. Outrora os mestiços eram frutos de toda a degenerescência, inclinados para os vícios e todas as formas de corrupção moral. O mestiço era o resultado de toda a influência negativa da cultura africana sobre a brasileira (SANTOS, 2002).¹³

¹² Todavia tal mudança não implicou na garantia de oportunidades aos que foram incluídos de acordo com Hofbauer (2003).

¹³ Podemos perceber que existem dois momentos importantes que concernem à teoria das raças. O primeiro que recusa a mestiçagem e que aponta como solução o branqueamento da nação e um segundo que sustenta a mestiçagem por fortalecer a raça branca de forma que o número de negros ditos “puros” diminuiria. Esta contradição denota o caráter ambivalente da mestiçagem seja confirmando a unidade da espécie como assinalavam Buffon e

Segundo Jessé Souza, a construção da tese da mestiçagem por Freyre implica na ênfase da continuidade entre Portugal e Brasil. Ou seja, o autor defende uma continuidade sem rupturas e “uma interpenetração renovadora e democratizante com outras culturas do elemento dominante Português” (SOUZA, 2003, p.107). Gilberto Freyre ainda constrói o argumento do lusotropicalismo e justifica a colonização dos portugueses argumentando que seriam os únicos a criarem uma nova civilização nos trópicos, de grande tolerância racial (TELLES, 2003).

Jessé Souza ressalta que para Freyre (1995), o português é o elemento dominante da cultura material e simbólica de todo o processo e, é dele a supremacia militar. Ele é portador de uma plasticidade “sem ideais absolutos nem preconceitos inflexíveis” (SOUZA, 2003, p.99).

É esta plasticidade que irá configurar a influência negra nos costumes, na língua, na religião, numa forma de sociabilidade entre desiguais, que mistura cordialidade, sedução, afeto, inveja, ódio reprimido, ressentimento e vários outros sentimentos. É exatamente no encontro entre o negro e o português que Freyre (1995) cria o drama social no Brasil. A plasticidade nos permite ver o português como uma entidade que se comunica e se transforma no contato com o diferente, permanecendo em sua essência, sempre igual a si mesmo. Ao encontrar esta alteridade fora dele, ele lança mão das características assemelhadas a este “alter” em sua própria personalidade, que possibilita a interpenetração cultural sem a perda de sua substância original (SOUZA, 2003).

Gilberto Freyre possui duas visões da sociedade colonial segundo Souza (2003): o sadomasoquismo e a mestiçagem. O tema do sadomasoquismo está relacionado com o tipo de escravidão muçulmana que se assemelha a escravidão brasileira. A estratégia de domínio da escravidão muçulmana¹⁴, permite uma melhor conquista, posto que associa o acesso a bens materiais e ideais concretos à identificação do dominado com os valores do opressor. Esta estratégia do sadomasoquismo implica na subordinação e reprodução social da baixa auto-estima nos grupos dominados, e por outro lado abre uma possibilidade real de diferenciação e mobilidade social. De acordo com os maometanos, o filho entre um árabe e uma escrava pode se tornar igual ao seu pai caso adote sua fé, rituais, costumes, etc.

No que diz respeito à ideologia do branqueamento, Telles (2003) ressalta que, ironicamente a visão anti-racista de Freyre ficou atrelada à noção de branqueamento, quando afirma que os negros estão desaparecendo rapidamente no Brasil, fundindo-se com o estoque branco. Ao mesmo tempo o autor minimizava a importância do branqueamento concentrando-se nos efeitos da miscigenação. Gilberto Freyre ainda assinala que “sendo a mestiça, e vestindo-se bem, comportando-se como gente fina, torna-se branca para todos os efeitos” (FREYRE, 1951 apud HOFBAUER, 2006, p.250). Sendo assim, o autor não faz referência direta a fatores raciais (não são todos os negros que são inferiores), ele separa os melhores negros (os de pele mais clara) dos piores (os de pele mais escura). Ou seja, “Freyre desliza de um ponto a outro gerando novos mitos com o uso de velhos preconceitos” (SANTOS, 2002, p.158).

A autora ainda argumenta que a cultura do mestiço é a cultura da negação do negro. Desta forma Freyre (1995) não só contribui para a formatação de uma nova identidade para os negros,

Diderot, ou para negar uma unidade da espécie humana como no caso de alguns dos escritos de Voltaire. Este arcabouço repercute por todo o pensamento social da elite brasileira e contém em si inúmeras contradições. Neste contexto é importante mencionar que o caso da mestiçagem não se restringe ao Brasil tocando a América-Latina como um todo, e esta adéqua suas especificidades de acordo com as ações históricas e culturais de cada região. Entretanto não nos cabe aprofundar neste artigo questões concernentes a América-Latina uma vez que nosso foco central é o Brasil.

¹⁴ Resultado de seu contato com escravocratas maometanos e com a maneira familiar que tratavam seus escravos.

brancos e mestiços, como também para a configuração de toda uma identidade nacional baseada em uma falsa democracia. Neste sentido pode-se concluir que a obra *Casa Grande & Senzala*, foi fundamental para a manutenção do pacto de 30, “já que o discurso científico de Freyre transforma-se em discurso político, que irá orientar uma nova ordem que se formará” (SILVERIO, 2004, p.12).

Em última instância, Abdias do Nascimento (1978) acusará as idéias de Freyre (1995) de terem promovido uma campanha de genocídio contra a população negra do Brasil, na qual a “elite procurou eliminar a cultura e o povo negro através da miscigenação” (TELLES, 2003, p.51). Alguns autores, como Telles (2003) acreditam que a grande vivência do Gilberto Freyre nos Estados Unidos e a ampla presença da segregação naquele país, podem ter feito com que o autor se voltasse para o Brasil e o classificasse como um país com pouco ou nenhum racismo.

Nos anos 50 a democracia racial e a harmonia entre as raças é algo que chama a atenção de muitos países. Por este motivo, a UNESCO/Anhembi encomenda uma pesquisa que abarca uma série de estudos, a fim de desvendar qual o segredo da harmonia racial no Brasil em meio a um mundo repleto de genocídio e racismo.

Alguns participantes desta pesquisa são Roger Bastide, Florestan Fernandes, Oracy nogueira, Thales de Azevedo, Charles Wagley, Luiz de Aguiar Costa Pinto, entre outros. Os estudos realizados abordariam três temas fundamentais de acordo com Bastos (1991): As bases escravocratas das relações sociais; a mudança social e a questão da cor como obstáculo à mobilidade; e a questão do preconceito de cor no Brasil. Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti ressalta na introdução de *Preconceito de Marca*, que este programa de pesquisas em torno da abordagem da questão racial reuniu não só diferentes intelectuais em diferentes regiões do país como também variadas formas de conceber a pesquisa sociológica (NOGUEIRA, 1998, p.14)

De acordo com Telles (2003) Florestan Fernandes fora nomeado o principal pesquisador do projeto. Sua pesquisa surpreende seus patrocinadores, pois pela primeira vez, é contestada a teoria de Gilberto Freyre. Florestan (1978) critica a deliberação marcada pelo consenso entre todos os brasileiros de que o Brasil quer um país branco e não um país negro. Esta eliminação do negro se daria, deste modo, através da miscigenação (BASTOS, 1991). O autor irá discutir não só a relação existente entre brancos e negros em São Paulo, mas também a origem desta na escravidão. Neste caso, as representações sobre o negro herdadas do período escravocrata impediram que se legitimassem condições que transformassem a situação em que os negros se encontravam.

Bastos (1991) ainda ressalta outro fato importante. Não havendo equiparação dos direitos para os negros, que continuam na situação de escravos, as imagens do passado acabam prevalecendo no presente e transformam os preconceitos em discriminações efetivas, estas, face às novas condições estruturais, operam como obstáculo para que seja criada uma sociedade cuja igualdade de oportunidades seja a premissa fundamental. O autor afirma que em *A integração do negro na sociedade de classes* (1978) Florestan vai analisar as transformações sofridas pela população não mais dentro de um contexto de urbanização, mas de industrialização. Esta obra nos mostra como o povo vai emergir na sociedade brasileira e como será agregado o estrato dos despossuídos e dos dependentes em geral, de qualquer cor.

Dentro deste contexto os negros libertos fora da conjunção de competição acabam ocupando posições degradantes. O imigrante elimina a concorrência do negro onde quer que ela se imponha. Todavia, o liberto tendia a confundir as obrigações do contrato de trabalho e “não

distinguiu a venda da força de trabalho da venda dos direitos substantivos à noção de pessoa jurídica livre”(SOUZA, 2003, p.155).

Souza (2003) afirma que sob essas circunstâncias, os problemas de negros e mulatos estão centrados em dificuldades psicossociais da personalidade. Tal afirmação se baseia na idéia de que a família negra é caracterizada por sua ausência de unidade, por não modelar a sua personalidade e por não controlar seus comportamentos egoístas. A pauperização (inadaptação social) somada à organização familiar disfuncional reflete a violência contra o outro e mina qualquer tipo de sociedade. Apesar de terem sido feitas inúmeras leituras positivas dos escritos de Florestan Fernandes, surgem algumas críticas aos seus argumentos. A primeira delas é a de que o autor atribui aos próprios negros o insucesso na competição com os brancos por posições no mercado de trabalho no pós-abolição (TELLES, 2003).

A segunda crítica pontuada por Jessé Souza (2003), diz que falta-lhe a dimensão da ação social e da tematização dos agentes. O autor ainda considera que na obra de Fernandes (1978) há um hiato de 60 anos entre a consolidação da estrutura Estatal e a tematização dos agentes.

A terceira crítica recai sobre a afirmação de Fernandes (1978), de que, o preconceito racial e a discriminação eram incompatíveis com a ordem competitiva estabelecida pela sociedade de classes capitalistas. Para o autor, o racismo desapareceria com o advento do capitalismo mesmo que os brancos tentassem manter seus privilégios (TELLES, 2003, p.59).

Hasenbalg (1979), por exemplo, demonstra que a discriminação e o preconceito racial operam como critérios adscritivos na alocação de posições no mercado de trabalho e ainda favorece os brancos mesmo passados mais de cem anos da abolição da escravatura. Na década de 1970 Carlos Hasenbalg em sua obra *Discriminações raciais no Brasil* afirma ao contrário do que disse Florestan Fernandes, que já não vê a presença do preconceito na sociedade urbana moderna como mera herança do antigo regime. De acordo com Hofbauer (2006), Hasenbalg (1979) confere uma nova função ao preconceito e a discriminação. Novas fontes de discriminação devem ser procuradas nos variados interesses dos grupos brancos que obtêm vantagens da estratificação social. O autor vê na mestiçagem o início da fragmentação da identidade racial da população de cor.

Considerações finais

Clovis Moura argumenta que o branqueamento impôs valores da camada branca causando a fragmentação da identidade étnica negra. O autor entende a identidade ligada a uma base racial e/ou cultural e a uma suposta essência do ser humano. Assim ele distingue as identidades corretas ou reais das identidades deformadas (MOURA, 1994).

Ou seja, as identidades deformadas estariam alicerçadas no pressuposto de que, o negro acaba fugindo de sua realidade étnica e de sua identidade procurando através dos símbolos de fuga se situar o mais próximo do tipo superior. Existe uma necessidade neurótica de o negro fugir de si mesmo, da sua cor real que o estigmatiza étnica e socialmente. As reações contrárias, de reencontro com seu ser são recentes e somente atingiram uma pequena parcela da comunidade não branca do Brasil.

Um exemplo que explicita bem a fuga da cor/raça negra ou preta no Brasil é o estudo da PNAD de 1976. Neste ano, a PNAD fez uma questão aberta para que as pessoas se autoterrassem segundo a sua cor/raça. As respostas foram as mais inusitadas possíveis. Foram identificados 136 termos diferentes de autoterramentação citados pelos brasileiros. Este exemplo mostra claramente como os brasileiros buscam identificar-se com inúmeros termos distintos, e possuem muita dificuldade de se definirem como negros ou pretos.

Entretanto, Clovis Moura assinala que durante a escravidão o negro e todos os padrões de sua cultura transformaram-se em uma cultura de resistência social. As religiões afro-brasileiras, por exemplo, teriam se desenvolvido em nichos de resistência. Portanto, o autor vê no sincretismo uma forma de preservar os valores negros e camuflar os seus deuses para resguardá-los da imposição da religião católica.

Todavia, no momento em que se instalam fortes desigualdades e a falta de oportunidades e de ascensão econômica e social, os negros acabam rompendo os obstáculos e identificam-se com os interesses e os valores dos estratos sociais dominantes e de suas elites aspirando um elitismo precoce e deformador que o separa irremediavelmente da raça negra e de seus problemas (FERNANDES, 1976, p.79).

Sendo assim, observa-se que o desejo de se tornar mais branco solidificou-se como prática social no Brasil. Esta prática contribui não só para encobrir um teor discriminatório, mas também para abafar uma reação coletiva (HOFBAUER, 2006). A mestiçagem seria, portanto uma ponte para o destino final de uma nação preocupada com a unidade nacional e com a ameaça de uma pluralidade étnica racial.

O branqueamento fenotípico seria a solução para tal questão. Todavia, é importante mencionarmos a existência de outro tipo de branqueamento, o social ou cultural mencionado por Oracy Nogueira. O autor relata que a ideologia brasileira além de ser miscigenacionista é também assimilacionista no que se refere aos traços culturais. Em geral, espera-se que o indivíduo de outra origem que não a luso-brasileira, abandone progressivamente sua herança cultural, em proveito da “cultura nacional” (língua, religião, costumes).

Ambas as perspectivas se manifestam tanto em elementos de procedência africana, indígena quanto em relação aos imigrantes estrangeiros e sua descendência. O branqueamento dito fenotípico traz como significado precípua o fato de que muitas vezes o mulato claro ou o mestiço possa se passar por branco e adquirir desta forma uma ascensão mais facilitada de acordo com Munanga (1995).

O branqueamento caracterizado como social ou cultural (ideológico) pode ser exemplificado quando um negro (de pele escura) tenta alcançar posições significativas no mercado de trabalho. Devido aos obstáculos, ao preconceito racial, a todo um histórico de atribuição da inferioridade ao negro e muitas vezes à impregnação no imaginário brasileiro da ideologia da democracia racial, este negro tende a não “disponibilizar suas potencialidades para negar a ordem”, pois poderia correr o risco de sair do circuito e não chegar ao topo¹⁵ (FERNANDES, 1976, p.90).

Portanto, para obter êxito em sua ascensão os negros (e até mesmo os negros que ascendem a uma classe média de cor) tenderão a absorver o elitismo imitado do branco que o separa de seus próprios problemas e o afasta de uma possível solidariedade racial.¹⁶ É interessante ressaltar que este fato descrito por Florestan Fernandes em sua obra *Circuito fechado* ainda se encontra latente nos dias atuais em meio ao século XXI.

Neste aspecto, Kabengele Munanga concorda com Peter Fry quando afirma que apesar do esforço dos movimentos negros em redefinir o negro e lhes atribuir uma consciência política e uma identidade étnica contrariando o ideal da democracia racial “é fato incontestável que a ideologia da democracia racial continua forte no Brasil, mesmo com sinais de uma crescente polarização” (MUNANGA, 2004, p.139).¹⁷

Encontramos tanto a ideologia da democracia racial como a ideologia do branqueamento incorporados nos modos de vida e no comportamento de negros que conseguirão ascender e ocupar uma posição dentro da classe média. Estes negros por sua vez passam a negarem-se como indivíduos constituintes de um grupo racial.

Grande parte das pesquisas atuais que focam o negro (a) inserido dentro da classe média relata que são poucos os negros (as) que se assumem conectados a uma identidade grupal. Alguns membros do clube aristocrata entrevistados por Reinaldo da Silva Soares se dizem vinculados à temática racial, mas ao mesmo tempo possuem comportamentos destoantes da dita cultura popular negra. Outros se encontram engajados em movimentos raciais como é o caso do movimento negro.

Todavia podemos constatar que os negros (as) que vivem dentro de uma mesma classe média negra, possuem diferentes posições, opiniões, e estilos de vida. Ou seja, ocorre um jogo bastante complexo na assunção de uma determinada identidade profissional, na resignificação da identidade racial, na mescla das duas identidades e até mesmo na construção de uma nova identidade.

Em meio a este jogo complexo que assume o caráter de uma intensa bricolagem encontramos nos comportamentos dos indivíduos e nas trajetórias cotidianas desses profissionais, aspectos da democracia racial, outros da ideologia do branqueamento e até mesmo alguns conceitos eugênicos que reafirmam a inferioridade do negro em alguns aspectos.

¹⁵ Algumas questões concernentes a estas discussões podem ser encontrados na revista África e Africanidades em trabalho redigido pela autora deste presente artigo.

¹⁶ É importante ressaltar neste contexto que ascender profissionalmente não significa necessariamente que o racismo será eliminado. De acordo com Figueiredo (2003) o preconceito de classe, ou seja, basta ascender para não ser vítima do preconceito racial continua a ser um mito.

¹⁷ Devemos levar em conta o fato de que Munanga concorda com Peter Fry estritamente nesta frase. É fato que suas reflexões e teorias são bastante divergentes uma vez que Fry assinala que a democracia racial está em consonância com os projetos de cidadania e democracia e pontua que o “mito da democracia racial” não é uma falácia, antes um ideal a ser alcançado. Já o posicionamento de Munanga é divergente, pois coloca a democracia racial como um discurso que pode mascarar o racismo, encobertando-o através de uma visão de perfeita harmonia entre as raças no Brasil.

Por outro lado, encontramos discursos repletos de saudação e reverência à cultura africana, ou afro-brasileira, a busca intensa por características étnico-raciais advindas de seus antepassados, e a assunção de que a discriminação racial existe e que deve ser combatida.

É em meio a essas perspectivas tão dispares e complexas que podemos assimilar diferentes discursos e através da pesquisa empírica poderíamos lapidar e dar um formato mais elucidativo e concreto a essas tantas falas que muitas vezes encontram-se dispersas no cotidiano dos negros (as) membros da classe média.¹⁸

Portanto cabe a nós como pesquisadores, pensar e refletir um pouco além das asserções fixas e estáveis que são feitas por grande parte dos autores que trabalham com a temática étnico-racial. Dito de outra forma, pensar o negro como aquele que somente absorve a “cultura branca” não deixa de ser uma perspectiva bastante limitada, por isso, quando estudamos relações raciais é importante pontuar as especificidades, multiplicidades de escolhas e decisões na vida social dos negros (as) de nosso país.

¹⁸ Nosso artigo publicado na revista África e Africanidades tenta mostrar a perspectiva do negro na classe média.

Referências

- ARENDDT, Hanna. **Origem do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1981.
- BASTOS, Elide Rugai. Um debate sobre a questão do negro no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.2, n. 2, p. 20-26, abr./jun.1991.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.
- _____. **Circuito fechado**. São Paulo: Hucitec, 1976.
- FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. São Paulo: Anita, 1995.
- HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. (Ed.). **Estrutura social, mobilidade e raça**. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice, 1988.
- _____. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Tradução de Patrick Burglin. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- HOFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- IANNI, Octavio. **As metamorfoses do escravo**. São Paulo: Scientia et Labor, 1961.
- LOPES, Nei. **Bantos, malês e identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Editora Anita, 1994.
- MUNANGA, Kabengele. **Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil**. In: IV Congresso afro-brasileiro, 1995, Recife. **Anais...** Recife: Fundação Joaquim, 1995.
- _____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga**. São Paulo: EDUSP, 1998.
- RODRIGUES, Nina. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo: Madras, 2008.
- SANTOS, Gislene. Aparecida. **A invenção do ser negro**. São Paulo: EDUC, 2002.
- SILVÉRIO, Valter Roberto. **O movimento negro e os novos contornos do debate brasileiro sobre raça, etnia e democracia**. In: VIII CONGRESSO LUSO-AFROBRASILEIRO DE CIENCIAS SOCIAIS. 16, 17,18 set, Portugal, 2004.
- SCHWARCZ, Lilian Moritz. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- TELLES, Edward. **Racismo à brasileira**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- WADE, Peter. **Race and Ethnicity in Latin America**. London: Pluto Press, 1997